



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Gabinete - SMGAB

Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Cidade Nova – Tel.: (22) 3824-6606

Fax: (22) 3822-2703 – CEP 28.300-000 - Itaperuna-RJ

CREDENCIAMENTO Nº 001/2023 - ANEXO VI MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ITAPERUNA E O LEILOEIRO OFICIAL, SR. XXXXXXXXXXXXX, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, BEM COMO DOS BENS IMÓVEIS, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA, CONSTANTES DO OBJETO.

O **MUNICÍPIO DE ITAPERUNA**, com sede administrativa localizada a Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Cidade Nova – Itaperuna/RJ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 28.916.716/0001-52 e inscrição estadual isento, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **Alfredo Paulo Marques Rodrigues**, portador da Carteira de Identidade nº 03.900.248-0 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 538.160.997-34, e, do outro lado, o leiloeiro oficial, Sr.

, aqui denominada simplesmente **CONTRATADO**, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato para prestação dos serviços relacionado na cláusula do objeto, em decorrência do Processo Administrativo nº 07.989/2023 - Credenciamento nº 001/2023, sujeitando-se o Contratante e a Contratada às normas disciplinares da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2.021, do Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1.932 e do Decreto Municipal nº 7.036, de 23 de março de 2.023, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis e atinentes à matéria, mediante as cláusulas a seguir entabuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O **CONTRATADO** se obriga a executar para a **CONTRATANTE**, os serviços de Leiloeiro Público Oficial, para alienação de bens móveis inservíveis, bem como dos bens imóveis, pertencentes ao Município de Itaperuna, conforme relação de bens contida no futuro Edital de Leilão e condições e especificações contidas no **PROJETO BÁSICO – ANEXO I do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2023**, parte integrante e inseparável deste contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COMISSÃO

Os serviços prestados pela contratada serão pagos exclusivamente pelo arrematante, na proporção de 5% (cinco por cento) do valor do lance de arrematação, não sendo devido pelo contratante qualquer ônus decorrente da contratação, conforme previsto na primeira parte do § 2º do art. 42 do Decreto nº 21.981/32, combinado com o parágrafo único do art. 24 do mesmo dispositivo legal.

Esta taxa deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, não cabendo ao Município de Itaperuna a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo comprador, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial credenciado para recebê-la.



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Gabinete - SMGAB

Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Cidade Nova – Tel.: (22) 3824-6606

Fax: (22) 3822-2703 – CEP 28.300-000 - Itaperuna-RJ

Caberá ao arrematante pagar ao leiloeiro, obrigatoriamente, o ICMS/ISS quando houver incidência, sobre qualquer bem arrematado.

Não será devido ao Leiloeiro Oficial credenciado nenhum outro pagamento além da comissão e ressarcimento referidos acima.

As despesas com a execução dos leilões correrão única e exclusivamente por conta dos Leiloeiros Oficiais credenciados, salvo as listadas no art. 42º, §2 do Decreto nº 21.981/32.

O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

O presente credenciamento se dará sem ônus financeiro à CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O Termo de Contrato terá a vigência de 4 (quatro) meses ou até a conclusão do seu escopo, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no mesmo, conforme art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.

O prazo de prestação dos serviços, objeto deste contrato, terá início no dia seguinte ao do recebimento, pela contratada, da autorização de início da execução dos serviços, com duração de 1 (um) certame, salvo nos caso devidamente justificado, tendo como termo final a aprovação das respectivas contas prestadas.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Exercer pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional ao seu preposto, devendo ainda dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados, principalmente, na tarefa de identificar os possíveis interessados, independentemente do seu valor e da sua liquidez;

Realizar o(s) leilão(ões) público(s) dos bens relacionados no dia, horário e local definidos em comum acordo com a Secretaria Municipal de Administração e dentro das normas do Edital;

Arcar com as despesas relativas à prestação dos serviços, salvo as listadas no art. 42º, §2 do Decreto nº 21.981/32;

Promover a divulgação do leilão ouvindo-se previamente a Comissão de Leilão designada pela Autoridade competente;

Divulgar o leilão através da internet, afixando fotos dos bens;

Disponibilizar, no dia da realização do leilão, um número de funcionários, facilmente identificáveis e capacitados para o bom desempenho das funções típicas do evento;



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Gabinete - SMGAB

Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Cidade Nova – Tel.: (22) 3824-6606

Fax: (22) 3822-2703 – CEP 28.300-000 - Itaperuna-RJ

Instalar equipamentos e sistema de informática para impressão de notas e controles administrativos;

Conduzir o leilão público com dinamismo, dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade;

Utilizar-se de seus equipamentos para as preleções de áudio durante a realização do leilão;

Envidar esforços no sentido de efetuar a venda de todos os bens;

Adotar as providências necessárias para o recebimento dos valores referentes aos bens alienados;

Informar a Secretaria Municipal de Administração, no dia após a conclusão do leilão, os lotes arrematados com os respectivos valores de alienação;

Prestar contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de realização do leilão, mediante a apresentação de relatório detalhado, dos bens, dos arrematantes, dos valores, e de todos os procedimentos executados, bem como, depositar aos valores resultantes do Leilão, em conta bancária de titularidade do Município de Itaperuna;

Assumir integral responsabilidade por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros, em razão da prestação dos serviços objeto desta contratação;

Responsabilizar-se pela observância e cumprimento de todas as disposições legais pertinentes à realização do leilão, obrigando-se a reparar quaisquer danos decorrentes de erro, falha, omissão ou irregularidade;

Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes da execução do presente contrato, bem como pelo pagamento de quaisquer preços públicos que se tenham por devidos;

Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados ao Município ou a terceiros, por sua culpa ou dolo de seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal nos imóveis deste Município, cujo acesso ser-lhe-á franqueado para a execução do objeto deste contrato, obrigando-se a afastar qualquer empregado cuja presença seja considerada inconveniente ao interesse do serviço, a critério da contratante;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente, neste instrumento, no edital e seus anexos, e demais documentação do processo;

Dar ciência a Secretaria Municipal de Administração, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Gabinete - SMGAB

Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Cidade Nova – Tel.: (22) 3824-6606

Fax: (22) 3822-2703 – CEP 28.300-000 - Itaperuna-RJ

Manter absoluto sigilo das informações que porventura lhe serão disponibilizadas em razão da execução do objeto, sendo defeso seu uso, divulgação, ou reprodução sob qualquer pretexto;

Notificar que todos os débitos oriundos dos veículos oficiais, correrão por conta do arrematante, além de todas as despesas referentes à transferência do mesmo;

Submeter-se aos valores dos bens postos em leilão apresentados pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis; e,

Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº. 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 7.036/23, e demais normas que disciplinam a matéria.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Disponibilizar local adequado para a realização do leilão;

Propiciar ao Leiloeiro Oficial credenciado condições para a plena execução deste contrato;

Assegurar ao Leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, o livre acesso aos locais onde estão dispostos os bens móveis;

Fornecer ao Leiloeiro os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências;

Planejar em conjunto com o leiloeiro todas as fases do leilão, de modo que possam ser rigorosamente cumpridas as exigências legais.

Providenciar em tempo hábil as publicações legais a que se refere o art. 54 da Lei Federal nº 14.133/21 e § 2º do art. 42 do Decreto Federal nº 21.981/32.

Fiscalizar, através de Comissão especialmente designada para este fim, a exata execução do contrato, informando à Autoridade competente de eventuais irregularidades na sua execução, para a adoção das providências legalmente estabelecidas;

Providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município de Itaperuna;

Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 7.036/23 e suas alterações, e demais normas que disciplinam a matéria; e,

Deliberar sobre a prestação de contas do leiloeiro contratado, referente à venda dos bens postos em leilão, aprovando-a ou rejeitando-a, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O gerenciamento e a fiscalização deste contrato caberá a Secretaria Municipal de Administração, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Gabinete - SMGAB

Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Cidade Nova – Tel.: (22) 3824-6606

Fax: (22) 3822-2703 – CEP 28.300-000 - Itaperuna-RJ

defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/21 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto.

Ficam reservados, à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo de Credenciamento e em tudo o mais que se relacione com o objeto deste contrato, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação deste instrumento.

As decisões, que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas, formalmente, pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto do vertente contrato, às implicações próximas e remotas perante o Município de Itaperuna ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual em causa não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato, o Município de Itaperuna, dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As penalidades que poderão ser atribuídas à contratada, garantida a prévia defesa do interessado, no respectivo processo administrativo, observando os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- Comprovação, pela contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento do objeto contratado; e,
- Manifestação da Secretaria Municipal de Administração, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Contratante.

Comete infração administrativa o executante que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, quais sejam:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Dar causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de credenciamento;



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Gabinete - SMGAB

Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Cidade Nova – Tel.: (22) 3824-6606

Fax: (22) 3822-2703 – CEP 28.300-000 - Itaperuna-RJ

- Ensejar o retardamento da execução do serviço sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta contratação.
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2.013.

O executante que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- **Advertência**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **Multa**, que poderá ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:
 - **10% (dez por cento)** do valor estimado do contrato, nos casos de apresentar documentação falsa exigida para o credenciamento e/ou não celebrar Termo de Contrato;
 - **0,5% (zero virgula cinco por cento)** por dia de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Contrato sobre o valor do contrato até o limite de 15 (quinze) dias corridos e a partir desta data será considerada inexecução parcial;
 - **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder. Compreendendo está o atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Contrato superior a 15 (quinze) dias e inferior a 30 (trinta) dias, a partir desta data será considerado como inexecução total do contrato;
 - **15% (quinze por cento)** sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do Termo de Contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder; e,
 - **5% (cinco por cento)** sobre o valor do ajuste por desatendimento de cláusula contratual.
- **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** no âmbito da Administração Pública direta e Indireta do Município de Itaperuna, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de **“Dar causa à inexecução total do contrato”** à **“Ensejar o retardamento da execução do serviço sem motivo justificado”**. deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de **“Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato”** à **“Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº**



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Gabinete - SMGAB

Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Cidade Nova – Tel.: (22) 3824-6606

Fax: (22) 3822-2703 – CEP 28.300-000 - Itaperuna-RJ

12.846, de 1º de agosto de 2.013”, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

Na Aplicação das **SANÇÕES** serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e,
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;

A aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico, não exclui em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

As penalidades de multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções e deverão ser pagas através de depósito bancário em conta e prazo indicados pelo município ou, poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação do encerramento do respectivo processo administrativo.

As infrações penais tipificadas na Lei Federal nº 14.133/21 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO, ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/21, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas, adequadas ao Credenciamento nº 001/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, pelo Município de Itaperuna, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos e forma previstos nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

No caso de este contrato vir a ser rescindido por dolo ou culpa da CONTRATADA, serão aplicadas as sanções previstas neste contrato e na legislação aplicável; se, por outro lado, tal rescisão provocar dano ao Município de Itaperuna, será promovida a responsabilidade da CONTRATADA, visando ao ressarcimento destes danos.



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Gabinete - SMGAB

Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Cidade Nova – Tel.: (22) 3824-6606

Fax: (22) 3822-2703 – CEP 28.300-000 - Itaperuna-RJ

Fica facultado ao Município, em qualquer hipótese, aplicar as sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, assegurada prévia defesa à CONTRATADA.

De qualquer penalidade que venha a ser imposta à CONTRATADA caberá recurso, na forma da legislação aplicável, e pedido de reconsideração, a Autoridade Superior, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente contrato será publicado, conforme o disposto no artigo 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS:

O presente contrato reger-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estatuído no art. 89, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Tribunal de Justiça, no Foro da Cidade de Itaperuna para efeito de competência nas eventuais demandas advindas deste pacto.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Itaperuna/RJ.

MUNICÍPIO DE ITAPERUNA

Sr. Alfredo Paulo Marques Rodrigues

CONTRATANTE

Sr.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

Cart. Identidade:

NOME:

Cart. Identidade: